

Terms of Reference of the Risk Control Committee of the Board of Directors

Chapter 1 General Provisions

Article 1 I de f e a e a e b e a c e a d e a f e a G a G i C., Ld (e e a f e e f e e d a e C a a e C a a) a d e e e c a a a e e a b . T e C a a e e a c c e e f e b a d (e B a d) f d e c (e D e c) (e e a f e e f e e d a e R C C e e) a d f a e d e e e e a e a c c d a c e e C a L a f e P e e R e h c f C a (e e a f e e f e e d a e C a L a), C d e f C a e G a e a c e f L e d C a e , M e a e f e A d a f I d e e d e D e c f L e d C a , R e G e e L e f S e c e S a a S c E c a e (e e a f e e f e e d a S a a S c E c a e L e R e , S e f R e a G d e e f L e d C a e f S a a S c E c a e N . 1 S a d a d e d O e a , R e G e e L e f S e c e T e S c E c a e f H K L e d (e e a f e e f e e d a L e R e f S c E c a e), e A e e f A c a f e a G a G i C., Ld (e e a f e e f e e d a e A e e f A c a) a d e e a a e a .

Article 2 The Republic of China hereby declares that the Republic of China is the only legitimate government of the whole of China, and that the Government of the Republic of China is the only legitimate government of the Republic of China.

Chapter 2 Composition

Article 3 T e R^e Cⁱ Cⁱ e e cⁱ e e D^e e cⁱ, e fⁱ
be aⁱ de e de -e e cⁱ e D^e e cⁱ.

Article 4 Me be f e R C C e e a be a ed b e c a a f e B a d, e a e- a f f e de e de e ec e D ec e a e- d f a, e D ec a d a be e ec e d a d a- ed b e B a d.

Article 5 The Republic of China, in order to secure the rights and freedoms of its people, shall be organized on the basis of the principle of the rule of law.

Article 6 The e f f e c t o f t h e R e C o n v e n t i o n s h a l l b e a p p l i e d t o t h e B a d A n e b e f o r e t h e R e C o n v e n t i o n t a k e s e f f e c t i n t h e a n n o u n c e m e n t o f t h e R e C o n v e n t i o n t o t h e e n t i r e t e r r i t o r y o f t h e e a c h S t a t e .

If a $\frac{e}{e}$ be $\frac{e}{e}$ f $\frac{e}{e}$ f D $\frac{e}{e}$ ec f $\frac{e}{e}$ C $\frac{e}{e}$ a d $\frac{e}{e}$ /
 $\frac{e}{e}$ $\frac{e}{e}$ f ffce, $\frac{e}{e}$ / $\frac{e}{e}$ a, $\frac{e}{e}$ fac a d $\frac{e}{e}$ ed $\frac{e}{e}$ a $\frac{e}{e}$ cea $\frac{e}{e}$ d $\frac{e}{e}$ $\frac{e}{e}$
 f c $\frac{e}{e}$ ee, $\frac{e}{e}$ be . T e a ca c $\frac{e}{e}$ a, be f $\frac{e}{e}$ ed b $\frac{e}{e}$ e B a d $\frac{e}{e}$ $\frac{e}{e}$ ee
 acc da ce $\frac{e}{e}$ A $\frac{e}{e}$ e 3 5 ab $\frac{e}{e}$ e.

Chapter 4 Procedures of Decision-making

Article 9. The Council shall decide, on a proposal from the Commission, on the conditions of application of the provisions of the Treaty relating to the common organization of the market in agricultural products.

[illegible]

Chapter 5 Procedural Rules

[illegible]

Article 12 Mee f e R C C ee a be c e e d e e e e c e f e a d f e be . Eac e be a a e e e . Re f f e e e a be a e d b e a e a f f a e e be f e c ee fa

Article 13. Me be f e R C C ee a a e d ee e
a d e e a e d e c d e a I e e a a e b e a e
a e d e e e f a e a e e b e a b a e f a e
e d b e a d a a e e b e a e d e e a d e e
/ e b e a f. If a d e e d e e e d e c e b e a e a e d
e e e f a e a e / e a a e e e e a e a d a c e f
e c a d c e, a a e d e e d e e e d e c e b e a e d
/ e b e a f. Eac e b e c d b e e e d b e a e e b e a e e.
T e e f a e a e c f e c e a d d a f a a

Article 14 V e a e e e f e R C C e e a b e a d e b a
f a d b a e e d e c e d b e a a i e e
f e a c e e e e a e f e C a a e d . T e e e a b e c e e d
e e c e . P d e d a a D e c c a f i e e e e a e e e

Article 16 Where the Registrar is satisfied that the company is not carrying on business, he may, after giving notice in writing to the company, order the company to be struck off the register.

Article 17 The provisions of the Companies Act, 1947, relating to the winding up of a company, shall apply to the company as if it were a company registered in England.

Article 18 The Registrar may, if he is satisfied that the company is not carrying on business, order the company to be struck off the register. The provisions of the Companies Act, 1947, relating to the winding up of a company, shall apply to the company as if it were a company registered in England.

Article 19 The provisions of the Companies Act, 1947, relating to the winding up of a company, shall apply to the company as if it were a company registered in England.

Chapter 6 Supplementary Provisions

Article 20 A company may, by special resolution, alter its memorandum of association, subject to the provisions of the Companies Act, 1947, relating to the alteration of the memorandum of association.

Article 21 The provisions of the Companies Act, 1947, relating to the winding up of a company, shall apply to the company as if it were a company registered in England.

Article 22 The provisions of the Companies Act, 1947, relating to the winding up of a company, shall apply to the company as if it were a company registered in England.